

## Referências LGBTQIA+ no Inventário Memória Paulistana e a patrimonialização do “mal sexo”

### LGBTQIA+ references in the São Paulo Memory Inventory and the patrimonialization of the “bad sex”

Leonardo Vieira<sup>1</sup>

DOI 10.26512/museologia.v11i21.41630

209

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

#### Resumo

Este texto aborda as referências culturais da comunidade LGBTQIA+ que foram mapeadas pelo Projeto Memória Paulistana do Departamento de Patrimônio Histórico da prefeitura de São Paulo. Este projeto consiste na identificação de narrativas que constituem referências culturais da cidade e já mapeou mais de 400 referências. Ademais, este texto aborda a patrimonialização do Balneário Club, um típico “inferninho” para a prática do “mal sexo” localizado na Rua Augusta, região central da cidade.

#### Palavras-chave

São Paulo; patrimônio cultural; LGBTQIA+; inventário; sexualidade.

#### Abstract

This text addresses the cultural references of the LGBTQIA+ community that were mapped by the Projeto Memória Paulistana of the Department of Historical Heritage of the city of São Paulo. This project consists of the identification of narratives that constitute cultural references of the city and has already mapped more than 400 references. In addition, this text addresses the patrimonialization of the Balneário Club, a typical “little hell” for the practice of “bad sex” located on Rua Augusta, central region of the city.

#### Keywords

São Paulo; cultural heritage; LGBTQIA+; inventory; sexuality.

O fortalecimento e a propagação crescentes das pautas identitárias têm ocasionado que, de forma cada vez mais intensa, os campos da memória, do patrimônio cultural e da história, dentre inúmeros outros, sejam confrontados e mobilizados para avaliarem as formas de representação e de abordagem da cultural material - bem como das práticas, saberes e habilidades - de grupos marginalizados politicamente.

Nesta esteira, o patrimônio cultural relativo à diversidade humana em seus aspectos ligados à sexualidade e à identidade e performance de gênero tem sido objeto de interesse cada vez maior por parte de profissionais, pesquisadores, ativistas, artistas e demais interessadas. Este entusiasmo tem se materializado na formação de coleções, na concepção de publicações, inventários patrimoniais, pesquisas, exposições, produtos audiovisuais, dentre inúmeros outros exemplos<sup>2</sup>.

1 Historiador, Museólogo (COREM 4R 341 II) e Produtor Cultural. Bacharel em História (FFLCH/USP) e Mestre em Museologia (PPGMus/USP), coordena atualmente a área de Museologia e Acervo do Museu da Diversidade Sexual. Desenvolve projetos culturais ligados à memória, cultura e patrimônio em bairros da zona leste da cidade de São Paulo por meio do Coletivo Memória & Resistência e também trabalhos técnicos e pesquisas relacionadas à gestão de acervos museológicos, formação em museologia, patrimônio, memória LGBT e processos curatoriais. É membro da Rede LGBT de Memória e Museologia Social e do Grupo Pro-Musas - Pesquisas e Desenvolvimento de Projetos Museológicos.

2 Cabe citar as iniciativas do Acervo Bajubá (<https://acervobajuba.com.br/>), Arquivo Lésbico Brasileiro, CasAmor, Centro de História Oral e Memória Social LGBT de Jundiáí (<https://www.facebook.com/MEMORIALGGBTDEJUNDIAI/>), Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+, Coletivo Memória & Resistência (<https://coletivomr.wixsite.com/memoriaeresistencia>), Instituto Cultura Arte Memória LGBT, Museu Bajubá (<https://museubajuba.org/>), Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) (<https://mutha.com.br/>), Ponto de Memória Aquenda as Indacas, Rede Historiadorxs LGBTQI, Rede LGBT de Memória e Museologia

Não se faz necessário, porém, nos alongarmos com relação ao profundo desconhecimento que ainda impera sobre as histórias, memórias e vivências de corpos dissidentes do padrão sexual e de gênero heteronormativo. Ou como nos alerta poeticamente Flávio Amaral, que “Mnemósine não tem bastado para salvar do Lete esse legado [da comunidade LGBTQIA+] e o mítico rio que reverte a experiência da alma à não-existência tem sido o destino final desses objetos” (AMARAL, 2014: 237). Para um panorama do quanto ainda devemos caminhar neste sentido, há uma consolidada bibliografia em português (AMARAL, 2014; BAPTISTA; BOITA, 2017; ESCOBAR, 2021).

Fato é que inúmeras iniciativas foram e têm sido desenvolvidas nos últimos dez anos, contribuindo para termos cada vez mais recursos para compreendermos a profunda diversidade humana manifesta por inúmeras formas de ser e estar no mundo. Dentre estas ações, neste texto gostaria de chamar a atenção para o Projeto Memória Paulistana por conta das referências LGBTQIA+ que a iniciativa têm mapeado e por conta de uma postura extremamente peculiar com relação à uma determinada referência.

O Projeto Memória Paulistana “consiste na identificação de narrativas que constituem referências culturais da cidade de São Paulo, com posterior localização e emplacamento, visando a salvaguarda da diversidade dos grupos existentes na cidade” (SÃO PAULO, 2019). Em execução desde o ano de 2019, o projeto já mapeou mais de 400 referências localizadas em diferentes bairros da cidade e que aludem a memórias de diversos grupos sociais, tais como artistas, intelectuais, ativistas, trabalhadores urbanos, pessoas com deficiência, dentre outros<sup>3</sup>.

Importante apontar que, desde seu início, o Projeto já realizou dois concursos para seleção de novos verbetes relativos à referências culturais da cidade. Os autores que têm seus verbetes selecionados pelo Concurso recebem um pagamento simbólico. Estes concursos são uma importante ferramenta de mobilização da sociedade civil na cogestão do patrimônio cultural, em especial no processo de eleição do que constitui e deve constituir a herança patrimonial da sociedade paulistana.

Com relação às referências da população LGBTQIA+, foram mapeadas até o momento onze. É fundamental indicar que este número é relativo aos verbetes que fazem alusão explícita a processos e fatos importantes para a comunidade LGBTQIA+. É possível que outras referências relacionadas à diversidade sexual e de gênero tenham sido mapeadas pelo Projeto, mas não o foram por sua vinculação com a comunidade objeto deste texto, e sim por seu vínculo com outros processos relativos à população da cidade de São Paulo.

Retomando, as onze referências LGBTQIA+ mapeadas estão localizadas em sua grande maioria no centro da capital, mas também foram identificadas referências em bairros situados na periferia da zona leste da cidade. O mapa a seguir nos permite uma visão geral da localização destas referências.

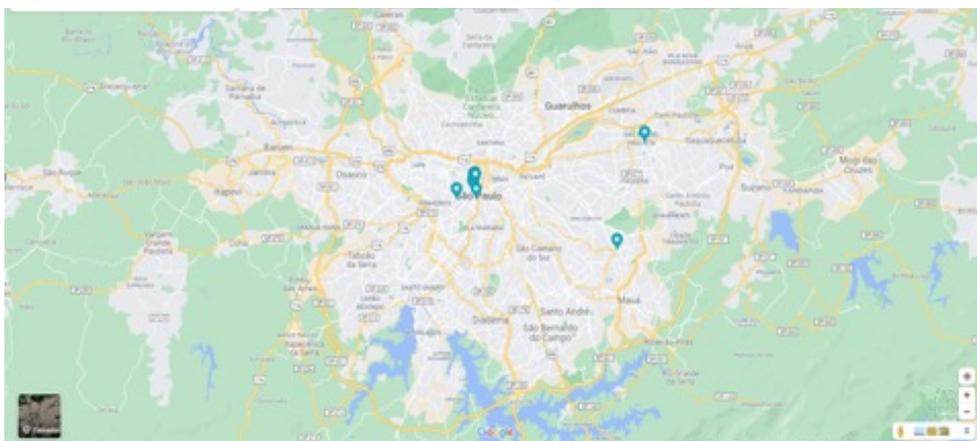
Prosseguindo, as referências LGBTQIA+ do Inventário Memória Paulistana fazem alusão a aspectos relacionados, principalmente, à socialização e lazer, a eventos e processos de repressão e engajamento político da comunidade e a

Social, Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), Revista Memória LGBTQIA+, dentre outras.

3 A totalidade das referências mapeadas pelo Projeto podem ser acessadas por meio da plataforma Geo-Sampa (<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>), a partir da seleção das camadas Patrimônio Cultural e Memória Paulistana, e também por meio da seguinte planilha: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Inventario-Memoria-Paulistana\\_junho2021.xlsx](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Inventario-Memoria-Paulistana_junho2021.xlsx).

trajetórias de personalidades LGBTQIA+. A seguir, consta o verbete e o endereço associado à cada referência já mapeada.

Figura 1: Localização das referências LGBTQIA+ mapeadas pelo Projeto Memória Paulistana. Mapa elaborado por meio do site Google Maps disponível em: <https://goo.gl/maps/wjUeabcZcjs2khdX7>.



Fonte: Autor, 2021.

1. Bar Queen: A boate inaugurada em 2001 formou, com seus shows e performances, figuras de referência para comunidade drag queen, como Cicety Karoline, Victória Principal, Salete Campari e Silvetty Montilla (R. Vitória, 826).

2. Caneca de Prata: Aberto aqui em 1965, é reconhecido como o primeiro bar gay da região. Ativo até hoje, compõe um circuito de estabelecimentos frequentados pela comunidade LGBT+ do Arouche (Av. Vieira de Carvalho 63).

3. Homo Sapiens: Uma das primeiras boates LGBT+ desta região funcionou aqui entre 1978 e 1992. Ganhou fama internacional por performances de homens gays, drag queens e shows de comédia (R. Marquês de Itu, 182).

4. Operação Tarântula: Ocupado desde os anos 1950 pela comunidade LGBT+ com festas, encontros e outros eventos de resistência, em 1987 o Arouche foi palco da ação policial, que violou aqui direitos de trans e travestis (Largo do Arouche - Mercado de Flores).

5. Palácio das Princesas: Brenda Lee adquiriu este imóvel em 1984 e nele criou uma casa de apoio à população travesti da cidade, onde oferecia assistência na luta contra a violência do Estado e no combate ao HIV nos anos 1980 (R. Major Diogo, 779).

6. Primeira Parada LGBT em São Paulo: A manifestação com cerca de 500 pessoas ocorreu nesta praça em 1996 (Pç. Franklin Roosevelt, s/n).

7. Massivo: Clube de música eletrônica precursor da cena GLS, do culto aos DJs e da “almôndega”, dança de grupo de pessoas coladas umas nas outras; foi lugar de liberdade sexual e musical entre 1991 e 1996 (Al. Itu, 1548).

8. Ferro's Bar: Ponto de encontro de mulheres entre as décadas de 1960 e 1990, foi palco do levante do Grupo Ação Lésbica Feminista em 1983 pelo direito de continuar a vender sua publicação Chana com Chana (R. Martinho Prado, 127).

9. Laura Vermont: A jovem trans (1997-2015) voltava de uma festa quando foi assassinada nesta avenida, uma das muitas vítimas de transfobia no país. O nome do Centro de Cidadania LGBTI próximo a homenageia (Av. Nordeste, 496).

10. Guinga's Bar: Inaugurado nos anos 2000, é um importante bar voltado ao público LGBT+ na zona leste. Além de ponto de encontro, também é palco para a cena artística drag e transformista da região (Av. Sapopemba, 13.780).

11. Darcy Penteado: Esta praça leva o nome do artista multifacetado, conhecido por ser um dos editores do jornal da imprensa alternativa Lâmpião da Esquina e pelo design do primeiro cartaz da América Latina com recomendações para homossexuais sobre sexo seguro (Praça Darcy Penteado, S/N).

Infelizmente, não foram todas as referências acima que tiveram suas placas confeccionadas e instaladas. Apenas metade foram alvo do emplacamento, a saber: Caneca de Prata, Operação Tarântula, Palácio das Princesas, Primeira Parada LGBT em São Paulo e Guinga's Bar.

Figuras 2 a 5: Placas de referências LGBTQIA+ do Projeto Memória Paulistana



Fonte: Autor, 2021.

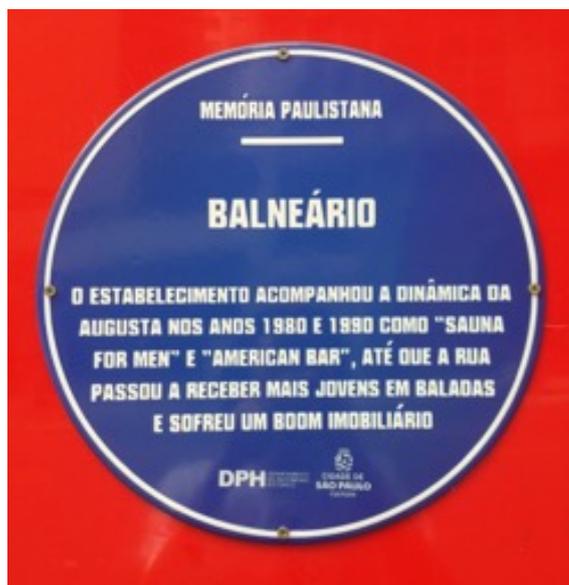
Como se nota pelo verbete de cada referência, os emplacamentos foram realizados em espaços de sociabilidade - Guinga's Bar e Caneca de Prata - e em locais de forte referência à luta desempenhada pela comunidade LGBTQIA+ em prol da garantia de seus direitos civis - Operação Tarântula, Palácio das Princesas e Primeira Parada LGBT em São Paulo.

Para uma capital do porte de São Paulo, que agrega comunidades tão distintas do ponto de vista sexual, de gênero, racial e de classe, as onze referências mapeadas pelo Projeto Paulistano representam por enquanto apenas um tímido pontapé na identificação das referências culturais das comunidades LGBTQIA+ da cidade, porém, o interesse do Departamento do Patrimônio Histórico da prefeitura de São Paulo à estas referências deve ser ovacionado, afinal, como elemento constitutivo da sociedade paulistana, as comunidades LGBTQIA+ possuem o direito à valorização e preservação de suas memórias e patrimônios.

O enorme diferencial do Projeto Memórias Paulistas, porém, não reside no interesse às memórias e referências culturais das comunidades LGBTQIA+, algo comum à inúmeras iniciativas Brasil afora, como já pontuado anteriormente, e sim no reconhecimento do caráter sociocultural de um determinado espaço voltado em grande parte, para não dizer exclusivamente, na promoção de encontros sexuais fugazes: o Balneário Club.

## Balneário Club

Figura 6: Placa da referência Balneário Club do Projeto Memória Paulistana.



Fonte: Autor, 2021.

Antes de abordar o verbete do Balneário Club, cabe aqui uma correção. Quando apresentei as reflexões iniciais deste texto na Jornada do Patrimônio da prefeitura de São Paulo<sup>4</sup>, em setembro de 2021, me referi ao Balneário Club como um espaço frequentado por homens que se relacionam sexualmente com outros homens. O termo “sauna for men” do verbete em questão me levou a considerá-lo como uma sauna voltada ao público masculino que comumente se

4 A apresentação, intitulada “Referências LGBTQIA+ no Inventário Memória Paulistana”, está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lcyyZ60UATs>.

dirige a tais espaços em busca de relações sexuais com outros homens. Porém, como apontado pelo trabalho de Felipe Melo Pissardo, o Balneário Club funciona desde meados da década de 1980 como espécie de prostíbulo, no qual o termo “sauna for men”, bem como “american bar”, funcionava para escamotear seu real propósito (PISSARDO, 2012). A abordagem do verbete neste texto, porém, mantém-se pertinente pois ainda representa um grande avanço no reconhecimento do caráter cultural, e consequentemente patrimonial, das práticas sexuais, o que abre caminho para uma maior compreensão de determinadas práticas sociais compartilhadas pela comunidade LGBTQIA+.

Localizado na Rua Augusta, região central da cidade de São Paulo, o Balneário Club, aparentemente, sempre funcionou como espécie de “inferninho” clássico da Augusta, ou seja, constitui um espaço frequentado por homens autoidentificados como heterossexuais em busca de sexo pago com mulheres ou travestis. Pissardo nos recorda que tais estabelecimentos começaram a ser instalados nesta via por volta da década de 1970 por conta do processo de dispersão dos territórios de prostituição pela cidade:

Até os anos 70, os territórios da prostituição em São Paulo eram divididos em dois principais núcleos: A Boca do Lixo, em Santa Ifigênia, voltada para as classes populares, que se estrutura em torno de hotéis, pensões e apartamentos que funcionam articulados ao “trottoir” das mulheres prostitutas ruas (FELDMAN, 1989: 114); e a boca do luxo, voltada para as classes mais altas, que se estrutura em torno das boates, hotéis e apartamentos (FELDMAN, 1989: 115), no qual o contato inicial com os clientes ocorre indoors, com a proteção dos proprietários dos estabelecimentos. A situação se altera, no entanto, a partir da década de 1970, quando os territórios da prostituição, acompanhando os processos de crescimento dos núcleos de lazer e entretenimento noturno, se dispersa pelo território urbano privilegiando espaços de passagem de automóveis e ônibus (FELDMAN, 1989: 131) (PISSARDO, 2012: 137).

Dessa forma, a Rua Augusta tornou-se uma via privilegiada para receber estabelecimentos voltados a prostituição por estar em uma região chamada de “área de transição ou área de deterioração”<sup>5</sup> (HERMANN, 2005: 114 apud PISSARDO, 2012: 137), por possuir no entorno diversos hotéis, estabelecimentos culturais e de serviços voltados para uma clientela de alto poder aquisitivo e por ser uma ligação entre o centro da cidade e bairros nobres, com fluxo constante de veículos durante o dia e à noite.

Com a finalidade de ocultar seu real propósito, os primeiros estabelecimentos instalados na região eram anunciados como “casas de massagem”. Durante as décadas seguintes, ainda com a finalidade de manterem sua descrição, foram divulgados como “centros de relaxamento”, “saunas for mens” e “american bars”:

Os centros de relaxamento, saunas e casas de massagens são bastante comuns entre as décadas de 1980 e 1990 mas perdem espaço já nessa última década para os american bars, que ao imitar um bar de hotel da região, conseguiam atrair público e, ao mesmo tempo, se “camuflar”, uma vez que as saunas e casas de massagem já estavam muito estigmatizadas enquanto sinônimos de prostituição (PISSARDO, 2012: 138).

5 Tais áreas seriam assim caracterizadas pela sua proximidade com algum centro econômico, no caso a Av. Paulista, que, por consequência, ocasionaria a alta dos preços dos imóveis e a sua disponibilização a atividades parasitárias e segregadas, como cabarets e meretrícios.

É neste contexto do mercado sexual que o Balneário Club se insere. Porém, o que me interessa discutir neste texto não é exatamente a trajetória deste estabelecimento, e sim o reconhecimento de seu valor patrimonial pelo Inventário Memória Paulistana. Infelizmente, não foi possível acessar a ficha completa do verbete em questão, mas pela explicitação dos termos “sauna for men” e “american bar” no conteúdo do verbete - disponível na imagem 6 - podemos inferir que sua inclusão no Inventário tenha se dado pela sua relação com o mercado do sexo característico da região.

Dado isso, a ação do Inventário Memória Paulistana reflete uma concepção que, mesmo defendida há décadas por diferentes autores, pouco têm contribuído para o debate público, em especial no campo do patrimônio e da memória coletiva: a concepção de que o sexo tem história. Sobre isso, o historiador Ismael Antônio Vannini afirma

As abordagens dão conta de delimitar a sexualidade nas mais variadas implicações humanas. Ela figura como elemento da cultura, da religião, da demografia, da política, do Estado, da economia, da demografia, dos mercados matrimoniais, da família, dos jovens, dos sentimentos, dos crimes, etc. sempre como elemento integrante e determinante das relações humanas. No que tange a sexualidade, compreender suas nuances na vida social compreende um considerável desafio (VANNINI, 2012: 56).

Como ressalta Vannini, as formas com que as sociedades encaram o exercício da sexualidade integram e determinam construções simbólicas em variados âmbitos da vida social. Dito de outra forma, a cultura e o meio social em que determinado indivíduo está inserido irão conduzir o desejo sexual e suas formas de expressão, da mesma forma com que ocorre o movimento inverso. Como toda prática social, trata-se de uma via de mão dupla.

Esta postura vai de encontro à noção de que a sexualidade seria decorrente de padrões biológicos e instintivos, sendo, portanto, a-histórica. Michel Foucault foi o principal teórico responsável pela virada de compreensão da sexualidade no campo das ciências humanas, como nos lembra Gayle Rubin:

A História da Sexualidade de Michel Foucault (1978) tem sido o mais influente e emblemático texto do novo saber sobre o sexo. Foucault critica o entendimento tradicional da sexualidade como ânsia natural da libido para se libertar da coerção social. Ele argumenta que os desejos não são entidades biológicas pré-existentes, mas, ao invés disso, são constituídos no curso histórico de elementos sociais repressivos específicos ao apontar que novas sexualidades são constantemente produzidas (RUBIN, 1984: 12).

Sobre a abordagem da sexualidade como produto cultural nos campos do patrimônio cultural e da memória coletiva, temos notícia de algumas tímidas experiências. De maneira geral, porém, os tópicos da sexualidade e da diversidade sexual são ignorados pelos profissionais destes campos, conforme salientam Jean Baptista e Tony Boita:

Associar a categoria sexualidade aos espaços de memória ainda é raro nas produções científicas e quase nulo nos museus brasileiros. Nos mais de três mil museus brasileiros dedicados à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, o tema LGBT ainda é negado por seus profissionais. Podemos concluir que os museus e patrimônios são espaços de vocação fóbica à diversidade sexual, contribuindo, com isto, com o cenário de discriminação acentuada vivenciado pelas comunidades (BAPTISTA; BOITA, 2017: 109)

Ademais, Clovis Carvalho Britto e Rafael dos Santos Machado apontaram que, além da ignorância com relação ao âmbito da sexualidade, há o predomínio de uma visão moralista que impede a percepção das expressões sexuais - principalmente de algumas em detrimento de outras - como elementos constitutivos do patrimônio cultural. Ao analisarem as tentativas de patrimonialização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, empreendidas na Assembleia Legislativa do Estado e na Câmara de Vereadores da cidade<sup>6</sup>, os autores chamam a atenção para o seguinte argumento utilizado no parecer contrário à aprovação do projeto de lei que visava a patrimonialização da Parada:

Desde as suas primeiras edições, tal evento [a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo] promove e estimula o cometimento de atos obscenos e de promiscuidade em público, diante de todos e amplamente divulgados pelos meios de comunicação. Trajes sumários, nudez total ou parcial, gestos indecorosos, danças voluptuosas, palavras obscenas e outras indecências flagrantes marcam e norteiam a realização desse desfile que ao invés de clamar por direitos civis, presta-se, na verdade a conspurcar a Cidade de São Paulo. Ora, se o referido evento propaga atos que ferem os desígnios constitucionais anteriormente relacionados, então, toda e qualquer propositura que o reverencie, também, estará eivada de denso e gritante vício de inconstitucionalidade. Isso, supostamente, representaria a proclamação do desrespeito à infância e juventude, aos cidadãos idosos, às mulheres, à família, à ordem pública e a dignidade humana – valores protegidos pela Constituição – com o “status” de patrimônio imaterial do Estado (SÃO PAULO, 2015: 6-8, grifos no original apud BRITTO; MACHADO, 2020: ).

Para os autores do parecer, e para seus pares que o aprovaram, a relação da Parada do Orgulho com manifestações de cunho sexual - “Trajes sumários, nudez total ou parcial, gestos indecorosos, danças voluptuosas, palavras obscenas e outras indecências” - caracteriza o impedimento de qualquer ação valorativa da manifestação cultural abordada.

É óbvio que para além do menosprezo com relação à questão da sexualidade, o parecer acima expressa a homofobia estrutural que permeia a sociedade brasileira. Prova disso é que as “Práticas Carnavalescas do Estado de São Paulo” foram consideradas como patrimônio imaterial do estado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). Neste caso, a relação do Carnaval com a nudez, gestos indecorosos, danças voluptuosas, e outras “indecências” - dentre muitas outras -, não impediram a patrimonialização da manifestação cultural.

A partir deste exemplo, torna-se interessante retomar o trabalho de Gayle Rubin sintetizado no texto “Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade”. Dentre os vários pontos discutidos pela autora, Rubin argumenta em prol da necessidade do estabelecimento de uma teoria radical do sexo, que deve:

[...] identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual. Tal teoria necessita de ferramentas conceituais refinadas com as quais se possa compreender o sujeito e mantê-lo visível. Deve produzir descrições ricas da sexualidade na forma como ela existe na sociedade e na história. Requer uma linguagem crítica convincente que possa transmitir a barbárie da perseguição sexual (RUBIN, 1984: 11).

6 Projeto de Lei nº 399/2017 que Declara A “Parada Do Orgulho Lgbt De São Paulo” Como Patrimônio Cultural Imaterial Da Cidade De São Paulo, de autoria da vereadora Sâmia Bonfim do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com as coautorias dos vereadores Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Celso Giannazi do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).



O Balneário é o local por excelência para o exercício do “sexo mau”, do sexo fora do casamento, promíscuo, mediado por relações comerciais, praticado casualmente pelo prazer e não com a intenção de procriação, dentre outros aspectos. À despeito disso, o Inventário Memória Paulistana reconheceu, talvez de forma inédita, o caráter patrimonial do Balneário e abriu caminho para posturas que reconheçam a necessidade de compreensão e valorização de todas as práticas sexuais como elementos fundamentais da cultura humana.

A partir deste ineditismo, instala-se a possibilidade de vermos importantes locais de memória e de expressão da sexualidade de LGBTQIA+ serem alvo de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e terem suas dimensões culturais reconhecidas, documentadas e preservadas: falo especificamente de saunas, cinemas pornôns, banheiros e vias públicas, parques e praças, dentre outros. Estes locais, por conta do sistema repressivo denunciado por Rubin Gayle, foram e continuam sendo apropriados por membros das comunidades LGBTQIA+ para que possam expressar e vivenciar seus desejos sexuais.

É preciso reconhecermos que o sexo fugaz, impessoal, e realizado pelo puro prazer - característico dos locais acima - é também resultado de construções sociais históricas que não permitem que determinadas indivíduos tenham a possibilidade experienciar seus desejos sexuais de forma livre. Sendo assim, ecoando uma reflexão do cineasta alemão Rosa Von Praunheim, presente no filme “Não é o homossexual que é perverso, mas a situação em que ele vive”, perversa é a situação em que a comunidade LGBTQIA+ se encontra ou a própria comunidade? Construir uma teoria radical do sexo é o caminho para termos a resposta.

## Referências

AMARAL, Flávio. Os quatro caminhos para o Lete: o mergulho de objetos, coleções e acervos LGBTTTQ na Desmemória. *Anais II Seminário Internacional de Museologia*. Goiânia, v. 1, n. 1, p.237-249, maio 2014. Disponível em: <[http://files.semimufg.webnode.com/200000020-ac2a1ad25e/Anais\\_seminario\\_internacional\\_FINAL.pdf](http://files.semimufg.webnode.com/200000020-ac2a1ad25e/Anais_seminario_internacional_FINAL.pdf)>. Acesso em: dez. 2021

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony Willian. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC*, v. 5, p. 108-119, 2017. Disponível em: <[https://www.academia.edu/36104610/Mem%C3%B3ria\\_e\\_esquecimento\\_LGBT\\_nos\\_museus\\_patrim%C3%B4nios\\_e\\_esp%C3%A7os\\_de\\_mem%C3%B3ria\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/36104610/Mem%C3%B3ria_e_esquecimento_LGBT_nos_museus_patrim%C3%B4nios_e_esp%C3%A7os_de_mem%C3%B3ria_no_Brasil)>. Acesso em: dez. 2021.

BRITTO, Clóvis. C.; MACHADO, Rafael. D. S. Informação e patrimônio cultural LGBT: as mobilizações em torno da patrimonialização da parada do orgulho LGBT de São Paulo. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 25, p. 1-21, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e70964. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/139721>>. Acesso em: dez. 2021.

ESCOBAR, Geanine Vargas. Por uma Museologia Lésbica Negra. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 61, n. 17, p. 5-41, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ulusofo-na.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/download/7577/4479>>. Acesso em: dez. 2021

PISSARDO, Felipe Melo. *A rua apropriada: um estudo sobre as transformações e usos urbanos na Rua Augusta (São Paulo, 1891-2012)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.16.2013.tde-12082013-101209. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-12082013-101209/pt-br.php>>. Acesso em: dez. 2021.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. 1984. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Revisão de Miriam Pillar Grossi.

SÃO PAULO. Resolução Secretaria Municipal De Cultura - SMC/CONPRESP Nº 13 de 30 de setembro de 2019. Cria e regulamenta o Inventário Memória Paulista. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/resolucao-secretaria-municipal-de-cultura-smc-conpresp-13-de-30-de-setembro-de-2019>>. Acesso em: dez. 2021.

VANNINI, I.A. Abordagens historiográficas: apontamentos para a história da sexualidade. *Akrópolis Umuarama*, v. 20, n. 1, p. 55-62, jan./mar. 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/276547582.pdf>>. Acesso em: dez. 2021.